

ESCOLAS RURAIS NA 1.^a REPÚBLICA PORTUGUESA (1910–1926): DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A PERIFERIA

por JOSÉ ANTÓNIO AFONSO. Santo Tirso, WHITEBOOKS, 2016, 122 páginas.
ISBN: 978-989-8765-47-5.

No artigo «A Escola no Mundo Rural: contributos para a construção de um objeto de estudo», Rui Canário ressaltava a tímida produção científica verificada em Portugal acerca das escolas primárias no meio rural. Segundo o autor, para superar tal deficiência tratava-se de transformar o objeto social, as escolas existentes no mundo rural, em objeto de estudo.¹ Dezessete anos transcorreram dessa publicação e hoje, ainda que sem ter acesso a números precisos, mas contando já com algumas referências,² pode-se inferir que a história das escolas em meio rural tem recebido uma maior atenção dos pesquisadores portugueses que, gradativamente, se debruçam sobre os documentos dos arquivos com o intento de apreender o passado dessas instituições e compor quadros explicativos que deem conta de sua complexidade.

¹ Rui Canário, «A Escola no Mundo Rural: contributos para a construção de um objeto de estudo», *Educação, Sociedade & Culturas*, 14 (2000): 121-139, consulta em 07 de agosto de 2017, URL: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-7-canario.pdf>.

² Abílio Amiguiinho, «Educação e Mundo Rural: percursos biográficos, intervenção e pesquisa», *Educação, Sociedade & Culturas*, 20 (2003): 9-42, consulta em 07 de agosto de 2017, URL: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC20/20-1.pdf>. Áurea Adão, «A Escola em Meio rural no Portugal dos Primeiros Anos do Estado Novo. A Formação dos seus Professores no(s) Discurso(s) do poder Político», em *Educação rural em perspectiva internacional – instituições, práticas e formação do professor*, ed. Flávia O.C. Werle (Ijuí: UNIJUÍ, 2007), 269-294. Ernesto C. Martins, «A Memória Histórica dos Edifícios Escolares no Portugal Rural a arquitetura escolar das escolas primárias na Beira Interior», em *Educação rural em perspectiva internacional – instituições, práticas e formação do professor*, ed. Flávia O.C. Werle (Ijuí: UNIJUÍ, 2007), 295-334. Maria Isabel Aleixo e Maria do Ceu Alves, «A Cultura Escolar e a Formação dos Mestres de Ensino Primário na Escola Rural, através da produção escrita dos alunos, de 1956 a 1960», em *Educação rural em perspectiva internacional – instituições, práticas e formação do professor*, ed. Flávia O.C. Werle (Ijuí: UNIJUÍ, 2007), 335-369.

O livro ora publicado por Afonso, *Escolas Rurais na 1.ª República Portuguesa (1910 – 1926): discursos e representações sobre a periferia*, situa-se, portanto, nesse contexto de construção da história das escolas em meio rural como objeto de estudo. Esta obra amplia não só a compreensão do fenômeno histórico-pedagógico-social que constituiu tais escolas, mas, sobretudo, apresenta um profícuo percurso teórico metodológico capaz de inspirar outros estudos sobre a mesma temática. Nesse sentido, ao empregar uma variedade de fontes de pesquisa (revistas pedagógicas, jornais, diários da Assembleia Nacional Constituinte, legislação diversa, fotografias, narrativas autobiográficas e inquéritos) e interrogá-las com acentuado rigor no método e acurado princípio problematizador, Afonso, além de contribuir para a compreensão do fenômeno escolar que teve lugar no mundo rural, abre portas para novas pesquisas.

O livro em questão compõe-se de 122 páginas, sendo algumas ilustradas com fotografias de escolas rurais, e divide-se em três capítulos, os quais são denominados, respectivamente: «Ruturas políticas e continuidades culturais», «A Escola Republicana – um projeto integrador» e «A descoberta do povo – um universo pedagógico a construir (contrastes e quotidianos)». Perpassa os três capítulos a preocupação do autor em apreender o fenômeno das escolas primárias em meio rural numa dimensão ampliada, ou, nas suas próprias palavras, em compreendê-lo como «um problema poliédrico na muito delicada articulação das dimensões política, social, cultural, económica e pedagógica, como tensão entre a modernidade e a tradição» (p. 15). Com efeito, a obra caracteriza-se por abordar a história das escolas rurais a partir de uma análise que incide sobre a legislação que teve o intento de normatizar essas instituições, as disputas políticas em torno dos projetos de mudanças para tais escolas, aspectos de seu cotidiano e representações. Com essa perspectiva analítica o autor problematiza e alinhava todas as dimensões aludidas.

No primeiro capítulo «Ruturas políticas e continuidades culturais», Afonso deslinda os fios da trama sócio-política em Portugal e apresenta aos leitores uma análise multifacetada da economia, sociedade, política e cultura na Primeira República naquele País (1910-1926). Partindo de uma diversidade de fontes, dentre as quais se incluem a imprensa periódica, atas do legislativo e iconografia, o autor monta o palco onde se desenrolou o *dilema republicano* —qual seja: «como fundir a industriali-

zação com a ancestralidade e as rotinas rurais?» (p. 103)— e nele situa o papel destinado à escola primária rural.

A partir de uma discussão assentada em dados estatísticos e análises qualitativas, o autor, ao mesmo tempo em que apresenta o contexto político português, constrói o alicerce para situar a problemática que subjaz ao mundo rural e às escolas aí instaladas. Produz, por conseguinte, a narrativa para se compreender não só as condições didático-estruturais das escolas rurais, mas, sobretudo, para situar tais instituições na conflituosa utopia republicana perpassada por projetos em disputa. Decorre daí que a própria questão: «Portugal deve preparar-se para ser um país agrícola ou industrial» (p. 21) expressa os termos e os limites de tal utopia.

A discussão do capítulo II, «A Escola Republicana – um projeto integrador», inicia-se pelas contradições e pelos limites que foram inerentes ao projeto unificador que pretendia implantar a República e analisa as reverberações dessas disputas na organização da escola primária em meio rural. Resultado da herança monárquica, segundo os arautos da República, o alto índice de analfabetismo no país permanece sendo um desafio aos políticos dos quais se esperava uma célere solução. Apresentando uma carência evidenciada de escolas, o meio rural demandava do projeto republicano soluções urgentes para o ingresso no país na propalada modernidade na qual não cabiam os analfabetos, uma vez que «a educação, semanticamente conotada como regeneração, alavancaria o povo para um futuro singular» (p. 38). Nesse contexto, em que se fazia necessário transpor a utopia e mirar a realidade, a República começa a adentrar o meio rural; processo analisado pelo autor com muita propriedade, uma vez que apresenta ao leitor as contradições que extrapolam o binômio rural x urbano e se instalam no âmbito mesmo do rural.

Imageticamente é um processo ambivalente. Por um lado, opera-se o reforço dos valores como a terra, a tradição, a autenticidade, a cultura —ficcionalizados na sua folclorização—, reproduzindo-se um idílico bucolismo [...]. Por outro lado, não se podendo elidir a complexidade do mundo rural, o conflito social é naturalizado pelo ancestral *continuum* da bipolaridade entre ricos e pobres, características das comunidades rurais, o que implica a construção cultural de um rural sem qualquer reconheci-

mento identitário (individual ou coletivo), de que as conotações de ignorante ou egoísta, podem servir de exemplo (p. 39).

Equilibrando-se, pois, nessa ambivalência, o projeto republicano encontra nas denominadas *Escolas Móveis* o paliativo para sanar o problema da escolarização para as populações rurais, uma vez que «assumiram uma dupla função: alfabetizar e escolarizar [...], em meio rural» (p. 44). De acordo com o autor, a despeito dos equívocos, da escassez de recursos e da ineficiência do funcionamento, tais escolas contribuíram para minorar as taxas de analfabetismo. Todavia as Escolas Móveis ainda que tenham contribuído para a escolarização primária das populações isoladas não se apresentavam como solução definitiva para transformar a utopia em algum projeto escolar verdadeiramente republicano. Nesse sentido, os representantes políticos debatiam no parlamento qual modelo de escola primária deveria ser implantado; havia, por exemplo, aqueles defensores de uma escola que oferecesse aos populares um ensino técnico e utilitário. No caso específico das escolas rurais, defendia-se uma educação que preparasse o aluno para trabalhar no campo, contudo para atingir tal propósito a escola deveria ser transformada, o que efetivamente não se realizou.

Finalizando o segundo capítulo, Afonso discute alguns dados relacionados à educação escolar extraídos de um Inquérito à vida nacional publicado na revista *A Vida Portuguesa*. Ao selecionar deste documento os aspectos concernentes à caracterização do aluno português e aos «males do nosso ensino», o autor constrói um quadro multifacetado da escola primária e, segundo as respostas apresentadas às questões que compõem tal inquérito, caracteriza antropológica e sociologicamente alunos e professores, detalha a escassez de recursos didáticos, bem como as deficiências da infraestrutura e da arquitetura escolar. A realidade da escola instalada em meio rural emerge daí com detalhes que permitem vê-la microscopicamente e apreender o seu cotidiano pleno de problemas.

«A descoberta do povo – um universo pedagógico a construir (contrastes e quotidianos)» é o título do último capítulo do livro no qual o autor, a partir da imprensa e das narrativas de professores e de um inspetor, reconstrói com detalhes o cotidiano das escolas em meio rural. Afonso recupera o papel significativo que a iniciativa particular desem-

penhou na promoção daquela escola por meio da ação dos «beneméritos da educação», ou também conhecidos como os «amigos da educação». Por meio da construção de edifícios escolares, da aquisição de mobiliário e da oferta de materiais didáticos alguns cidadãos envidaram esforços para que a escola se tornasse realidade em muitas localidades rurais e registraram os seus nomes na galeria dos benfeitores da educação. Com isso denotavam o compromisso cívico assumido com a construção do projeto republicano; fato que não passava despercebido na sociedade, como assinalou Afonso: «A institucionalização de uma prática, com espessura na sociedade, é o explícito reconhecimento que os “beneméritos da educação” ou os “amigos da educação” revelavam um exemplar “espírito patriótico” ao fomentarem a construção de muitos edifícios escolares» (p. 79).

Se os amigos da educação contribuíram para tornar realidade a instalação de muitas escolas em meio rural e com isso minoraram o problema do analfabetismo, os professores que ali atuaram foram os responsáveis por fazê-las funcionar, ainda que tipificadas pela rusticidade de métodos e de meios. Partindo, não exclusivamente, mas, sobretudo, das *Notas dum Inspector Escolar* e da narrativa autobiográfica do professor Joaquim Dória, Afonso constrói um relato vivo, agudo e sensível do cotidiano miserável das escolas em meio rural e analisa as condições de trabalho nas quais estavam imersos os seus professores:

É, certamente, um quadro terrível que muitíssimos professores primários, pelas suas qualidades humanas (condição fundamental para a Educação Nova) e profissionais —ultrapassando as limitações das conjunturas políticas— souberam (com imaginação e esforço) perceber o meio onde trabalhavam por práticas educativas com amplitude comunitária (p. 94).

Conferir, neste terceiro capítulo, visibilidade aos professores, discutir as suas condições de trabalho e, por conseguinte, ressaltar as suas contribuições para a história da educação em meio rural no Portugal das primeiras décadas do século republicano constitui-se numa contribuição indelével deste livro para a historiografia da educação de modo geral e, em particular, para a historiografia da escola rural.

Da leitura dos três capítulos é possível concluir que são vários os méritos do livro publicado por Afonso, tais como: diversidade de documentos consultados; rigor na análise da empiria; crítica e problematização das fontes; caracterização minuciosa da escola em meio rural; preocupação em encontrar os sujeitos desta escola, professores e alunos e, principalmente, aguda contextualização do objeto, ponto sobre o qual me detenho a seguir.

A escola rural que emerge dos inquéritos, das discussões parlamentares, da imprensa, das fotografias, das narrativas autobiográficas e dos demais documentos consultados é apresentada ao leitor entrelaçada à sociedade que lhe deu formato, que lhe propiciou os meios materiais e imateriais de funcionamento e, ao mesmo tempo e muitas vezes, também lhe usurpou tais meios. Afonso apresenta essa escola, os seus limites e as suas representações imbricadas no contexto maior de um país que, caracterizado por forte presença agrícola, alimentava um projeto de modernização, para cuja concretização fazia-se necessário superar o passado monárquico, rechaçar a onipresença religiosa e implantar a República laica. Nessa trajetória deparava-se com o obstáculo de se tornar uma nação industrializada num contexto pautado pela forte concentração demográfica no meio rural e por um considerável peso das atividades agrícolas na economia.

O País em questão não era o corolário do desenvolvimento econômico, do conforto e tampouco dos altos índices de escolarização de seus habitantes e «as fraturas do mundo social exponenciavam-se na ruralidade» (p. 79). Com efeito, no espaço rural os recursos materiais e instrucionais eram exíguos, uma vez que os bens econômicos eram limitados, o cotidiano de seus habitantes definia-se pela penúria, sendo as escolas relativamente inexistentes. Tais fatores, uma vez somados, engendravam os argumentos para a construção de representações depreciativas de seu povo. Nesse sentido, pela leitura do livro compreende-se que a miséria que recobria o mundo rural reverberava em suas escolas —cujas instalações eram comparadas à «pobreza franciscana», conforme escreveu um cronista citado por Afonso— e lhes conferia a forma e o conteúdo.

Além dos significados que tal obra apresenta no contexto específico das pesquisas sobre a história da educação primária rural em Portugal, ressalto outra importante contribuição do estudo de Afonso que incide

sobre a possibilidade de apreender, na perspectiva de estudos comparados, os discursos políticos sobre a escola rural, as suas condições de funcionamento e as representações dos habitantes do mundo rural. Está claro que não se coteja apenas —e nem sobretudo— para encontrar as semelhanças, entretanto quando essas existem a comparação se coloca como necessária para a busca de explicações sobre os processos que levaram diferentes realidades em distintas temporalidades a gestarem um «modelo» de escola que muito se assemelhou em seus problemas.

Nesse sentido, ao relacionar a história das escolas que funcionaram no meio rural em Portugal com aquela instalada no Brasil na primeira metade do século XX constatamos em primeiro lugar uma semelhança nos problemas que as afligiam, dentre os quais ressalta-se a debilidade das condições econômico-sociais das populações rurais em ambos os países. Como decorrência, as instituições escolares instaladas nesse meio não contavam com infraestrutura adequada, a formação didático-pedagógica de seus professores era deficiente, os investimentos públicos eram insuficientes para equipá-las, faltavam-lhes materiais didáticos e mobiliários apropriados, as turmas apresentavam índices elevados de evasão, os caminhos não eram pavimentados, sendo às vezes até inexistentes. Além disso, nos dois Países essas escolas contaram com a iniciativa «filantrópica» de seus cidadãos, fosse para prover o espaço para as aulas, fosse para arcar com despesas relacionadas aos seus professores.³

Ainda no que concerne à escolarização das populações rurais, outro ponto de aproximação entre Portugal e Brasil que emerge da leitura de *Escolas Rurais na 1.^a República Portuguesa (1910–1926)* reside no fato de que, não obstante toda a situação de carências, essas instituições exerceram papel inestimável no que concerne à alfabetização de um expressivo número de crianças e adolescentes, posto que até o final da primeira metade do século XX a população nos dois países habitava majoritariamente o espaço rural. Não obstante, as escolas em espaço rural não foram dotadas, em ambos os países, das condições adequadas de funcionamento. A atenção que receberam do poder público consistiu, em muitos casos, apenas em oferecer argumentos para uma dada retórica política, por meio

³ Sandra Cristina Fagundes de Lima e Gilvanice Barbosa da S. Musial (org.), *História e Memória da Escolarização das Populações Rurais: Sujeitos, Instituições, Práticas, Fontes e Conflitos* (Jundiá: Paco Editorial, 2016).

da qual se reconhecia o papel sócio educativo e também simbólico que essas instituições, uma vez transformadas, teriam na consolidação dos ideais republicanos de educação, instrução e civismo, sem, necessariamente, prover os recursos para mudá-las na realidade. Segundo Afonso:

A escola republicana encontra, então, um lugar de mudança —o rural— no qual a renovação pedagógica não se consegue impregnar. É um discurso político que orienta uma estratégia para a escola rural, vislumbrada numa meritória tentativa de integração cívica, mas sociologicamente vulnerável e simbolicamente inconsequente quanto à manutenção de uma matriz regionalista, mais declinada em termos da urgente arquitetura do edifício escolar (e da decoração do seu interior) do que na pragmática auscultação dos seus escolares e da preparação dos professores, que ultrapasse a mera retórica do sacerdócio, tão cara aos arautos da República (p. 103).

Depreende-se que a escola frequentada pela população habitante do meio rural em Portugal na primeira República, pormenorizada de forma apropriada por Afonso, foi, igualmente, a escola onde muitas crianças se alfabetizaram no Brasil ao longo do século xx, notadamente em Minas Gerais. As explicações generalizadas para tal realidade encontram-se em primeiro lugar no papel secundário destinado ao mundo rural num dado modelo de sociedade, que relacionou, de um lado, o moderno com a cidade e a indústria e, de outro, o antigo e ultrapassado com o campo, sua economia e suas práticas simbólicas, conforme discutiu Williams a propósito das representações do campo e da cidade na literatura inglesa.⁴ Em segundo lugar, um rural desprestigiado implicava representações pejorativas de seu povo e essas, conforme Sennet, são antigas, pois remontam aos gregos, cujo idioma já exprimia o antagonismo entre rural e urbano e a desqualificação dos habitantes do mundo rural, uma vez que as expressões: «*asteios* [urbano] e *agroikos* [rural], também podem ser traduzidas como “refinado” e “embrutecido”». ⁵ Como corolário, no mundo moderno de um lado e do outro do Atlântico, as escolas rurais não

⁴ Raymond Williams, *O campo e a cidade na história e na literatura* (São Paulo: Cia. das Letras, 2011).

⁵ Richard Sennet, *Carne e Pedra* (Rio de Janeiro: BestBolso, 2014), 35.

receberam investimentos suficientes para imprimirem em seu cotidiano os signos e as práticas requeridas pelo ideal republicano.

Não obstante essas explicações, a história não se constrói nas generalidades, sendo imprescindível a análise das especificidades, e no que se refere à questão da escola em meio rural na Primeira República em Portugal, Afonso explorou e analisou com muita acuidade neste livro os embates políticos, os obstáculos econômicos, os aspectos sociais e pedagógicos que conformaram tal escola. Assim já pavimentou parte do caminho, o qual deverá ser percorrido em busca da compreensão do passado que nos auxilie nas tentativas de transformar o futuro das escolas em meio rural. Afinal, como alertou Duby, «Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente?»⁶.

Sandra Cristina Fagundes de Lima
Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
sandalimaufu@gmail.com

⁶ George Duby, *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos* (São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999), 9.